

# Senado limita endividamento do setor público

por Marta Salomon  
de São Paulo

O endividamento interno e externo da União, no ano que vem, ficará limitado a um total de aproximadamente US\$ 10 bilhões. O Senado aprovou, na sexta-feira, o projeto de Resolução nº 62, que fixa limites para a emissão de títulos da dívida pública, operações de crédito externo e o pagamento de juros e serviços.

O projeto, aprovado na forma do substitutivo de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), regulamenta novas atribuições do Senado, outorgadas pela Constituição. O projeto dispensa sanção do presidente José Sarney e passa a valer a partir da sua publicação.

O endividamento da União não poderá ultrapassar 10% da receita líquida real, descontadas as receitas obtidas com operações de créditos e venda de bens. O cálculo será feito mensalmente com base nos resultados dos balancetes dos 12 meses anteriores, corrigidos pelo IPC.

O gasto anual com o pagamento do principal e juros das dívidas interna e externa ficou limitado à margem de poupança real. Essa margem equivale ao resultado da receita fiscal líquida da União, já descontadas as despesas de custeio e pessoal, além dos pagamentos de encargos e amortizações da dívida.

Os limites incluem a concessão de garantia da União em empréstimos e financiamentos tomados por fundações, autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal. A exclusão de empréstimos avalizados pela União dos limites impostos pela Resolução poderá ser solicitada ao Senado desde que a operação financie projetos de investimento de órgão "ca-

paz de honrar seus compromissos".

Ficaram de fora dos tetos estabelecidos a emissão de títulos destinada a financiar o programa da reforma agrária e o refinanciamento da dívida externa garantida pelo Tesouro Nacional, desde que previstos nas propostas orçamentárias.

Contudo, os empréstimos e financiamentos externos, assim como a renegociação e rolagem dos contratos dependem de "prévia e expressa" autorização do Senado. Essas operações — de crédito externo — tiveram uma limitação extra: elas não poderão ultrapassar 50% do saldo médio das exportações dos últimos três meses.

Eventuais litígios entre a União e seus credores externos não serão mais julgados no foro de Nova York.

O projeto de resolução determina que eles serão resolvidos "perante o foro brasileiro ou submetidos a arbitragem".

O Senado delegou ao Banco Central a fiscalização dos limites e critérios fixados para o endividamento. O Poder Executivo ficou obrigado a remeter aos senadores informações detalhadas sobre a dívida a cada três meses.

Outro projeto de resolução, também aprovado na sexta-feira, estende os limites fixados para a União ao endividamento dos estados e municípios. Eles poderão ser elevados, porém, "em caso excepcional", diz a Resolução nº 61.

Essa resolução determina ainda que os estados e municípios não poderão emitir títulos com prazo de vencimento inferior a seis meses. O lançamento de títulos pelos estados e municípios agora depende de autorização do Senado, após consulta ao Banco Central.

Art. 4 — As operações de crédito externo de qualquer natureza da União e de suas autarquias, bem como a concessão de garantias pela União deverão, ainda, obedecer aos seguintes limites e condições:

I — o montante global anual não poderá ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do valor do saldo médio das exportações dos últimos três anos;

II — as garantias concedidas pela União em um exercício financeiro não poderão exceder a 50% do montante estabelecido no item I deste artigo;

III — a sua realização depende de prévia e expressa autorização do Senado Federal.

Parágrafo 1 — Não se contabilizam nos limites de que trata este artigo as renegociações da dívida externa que representem a simples prorrogação dos prazos de liquidação de dívidas vencidas, anteriores à promulgação desta Resolução.

Parágrafo 2 — A negociação ou a rolagem das operações de crédito externo serão submetidas à deliberação do Senado Federal com todas as informações pertinentes.

Parágrafo 3 — Os pedidos de autorização para a realização das operações a que se refere este artigo serão encaminhados ao Senado Federal instruídos com:

a) exposição de Motivos do Ministro da Fazenda;

b) análise dos custos e benefícios econômicos e sociais do projeto a ser financiado pela operação de crédito;

c) análise financeira da operação;

d) análise das fontes alternativas de financiamento do projeto;

e) data do início do programa ou do projeto, e informação sobre se o mesmo está incluído na lei orçamentária anual;

f) informações sobre o atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal e dos demais limites fixados nesta Resolução, no que couber;

g) informações sobre as finanças do tomador e do garantidor, destacando:

1. montante da dívida, interna e externa;

2. cronograma de dispêndios com a dívida, interna e externa;

3. cronograma de dispêndios com a operação a ser autorizada;

4. comprovação da capacidade de pagamento da operação;

5. débitos vencidos e não pagos;

6. informações sobre as dotações orçamentárias relativas ao projeto;

h) comprovação de que o projeto está incluído na lei do plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias;

i) parecer preliminar da Procuradoria Geral da Fazenda sobre a minuta do contrato;

j) outras informações que habilitem o Senado Federal a conhecer perfeitamente a operação de crédito.

Art. 5 — Os contratos relativos a operações de crédito externo não podem conter qualquer cláusula:

I — de natureza política;

II — atentatória à soberania nacional e à ordem pública;

III — contrária à Constituição e às leis brasileiras;

IV — que implique em compensação automática de débitos e créditos.

Parágrafo 1 — Os eventuais litígios entre a União ou suas autarquias e o credor ou arrendatário, decorrentes do contrato, serão resolvidos perante o foro brasileiro ou submetidos a arbitragem.

Parágrafo 2 — Poderão ser aceitos, nos instrumentos contratuais respectivos, as cláusulas e condições usuais nas operações de empréstimo ou arrendamento mercantil ("leasing") no mercado internacional, obedecidas as normas desta Resolução.

Parágrafo 3 — Subordina-se às normas fixadas nesta Resolução a celebração de qualquer aditamento a contrato relativo a operação de crédito externo que preveja a elevação dos valores mutuados ou financiados ou a redução dos prazos de amortização.

Art. 6 — Subordinam-se às normas previstas no parágrafo 3 do art. 4 e no art. 5 os contratos relativos às operações de crédito externo de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias.

Parágrafo 4 — Subordina-se às normas fixadas nesta Resolução a celebração de qualquer aditamento a contrato relativo a operação de crédito externo que preveja a elevação dos valores mutuados ou financiados ou a redução dos prazos de amortização.

Art. 7 — O montante global anual das operações de crédito, interno e externo, das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, bem como das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto não poderá ultrapassar:

I — o valor dos encargos e das amortizações da dívida pagas; e

II — o equivalente a 10% (dez por cento) do valor do ativo permanente e a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da entidade no mês imediatamente anterior ao que estiver em curso.

Parágrafo 1 — Os compromissos assumidos pelas entidades referidas no "caput", com credores situados no País e no exterior, por prazo inferior a 360 (trezentos e sessenta) dias não serão submetidos aos limites e condições fixados nesta Resolução, desde que seu montante global anual não ultrapasse o valor do ativo circulante.

Parágrafo 2 — Os valores utilizados para o cálculo do ativo permanente e do patrimônio líquido serão extraídos do balancete mensal, depreciados e corrigidos monetariamente conforme o disposto na Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo 3 — A correção a que se refere o parágrafo anterior terá como data base o dia 1º de cada mês.

Art. 8 — O Poder Executivo remeterá ao Senado Federal,

## Atribuição constitucional

Pela primeira vez, o Senado Federal institui limites e critérios para as operações de crédito interno e externo da União, dos estados e municípios. As decisões do Senado estão respaldadas pela nova Constituição e são fruto de uma discussão de seis meses na Comissão Especial, presidida pelo senador Lourenberg Nunes Rocha (PMDB/MT).

Pela Carta Magna, compete privativamente ao Senado

trimestralmente, informações sobre a posição do endividamento da administração pública federal, direta e indireta, discriminando por órgão e entidade;

I — o montante da dívida fluente e consolidada, interna e externa;

II — o cronograma de desembolso com o principal e os encargos, inclusive a dívida vencida e não paga;

III — síntese da execução orçamentária;

IV — os limites e as condições aplicáveis e os valores autorizados e os já comprometidos.

Art. 9 — Em caso excepcional, devidamente justificado, a União poderá pleitear a elevação temporária dos limites fixados nos artigos 3, 4 e 7 desta Resolução.

Parágrafo único — Os pedidos de que trata este artigo deverão ser encaminhados ao Senado Federal instruídos com:

I — lei autorizativa;

II — características da operação: prazo, taxas de juros, encargos, cronograma financeiro;

III — informações sobre a situação financeira do requerente.

Art. 10 — Os limites fixados no art. 3 desta Resolução não se aplicam às operações de crédito por antecipação da receita orçamentária autorizada por lei.

Parágrafo 1 — O saldo devido das operações a que se refere este artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) da receita líquida estimada para o exercício financeiro que estiver em curso, inclusive computada a receita líquida estimada para a abertura de créditos suplementares aprovados até a data de realização da operação.

Parágrafo 2 — O dispêndio mensal, compreendendo principal e acessórios, não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) da receita líquida estimada para o exercício financeiro que estiver em curso, inclusive computada a receita líquida estimada para a abertura de créditos suplementares aprovados até a data de realização da operação.

Parágrafo 3 — As operações de que trata este artigo deverão ser obrigatoriamente liquidadas até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício em que forem contratadas, excetuadas aquelas contratadas no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo, que deverão ser liquidadas no próprio exercício financeiro.

Art. 11 — E vedado à União e às suas autarquias assumir compromissos diretamente com fornecedores, prestadores de serviços ou empreiteiros de obras, mediante emissão ou aval de promissórias, aceite de duplicatas ou outras operações similares.

Art. 12 — A inobservância das disposições da presente Resolução sujeitará os responsáveis às sanções pertinentes, cabendo ao Banco Central do Brasil exercer a competente fiscalização, no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, nas formas previstas em lei.

Art. 13 — Excetuam-se dos limites fixados nesta Resolução, as operações de crédito que representem compromissos assumidos pelo Banco Central do Brasil e pelas instituições financeiras federais, que serão disciplinadas em Resolução específica.

Artigo 14 — As Resoluções do Senado Federal que autorizem as operações de que trata esta Resolução, incluirão, ao menos, as seguintes informações:

I — valor da operação e moeda em que será realizada;

II — objetivo da operação e órgão executor;

III — condições financeiras básicas da operação;

IV — prazo para o exercício da autorização;

Art. 15 — Esta Resolução vigorará a partir da data de sua publicação, até 31 de outubro de 1990, revogadas as disposições em contrário.

## Estados e Municípios

O substitutivo ao projeto de resolução nº 61, aprovado na sexta-feira pelo Senado Federal, fixa os limites globais e as condições para as operações de crédito interno e externo dos Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias. A seguir é publicada a íntegra da resolução:

SUBSTITUTIVO  
AO PROJETO DE  
RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1989

Dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, e estabelece limites e condições para a concessão de garantias.

O Senado Federal resolve:

Art. 1 — Subordinam-se às normas fixadas nesta Resolução as operações de crédito in-

terno e externo realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios ou por suas respectivas autarquias.

Parágrafo único — Para os efeitos desta Resolução, compreende-se como operação de crédito toda e qualquer obrigação decorrente de financiamentos ou empréstimos mediante a celebração de contratos, emissão e aceite de títulos, ou concessão de quaisquer garantias, que represente compromissos assumidos em um exercício para pagamento no próprio ou em exercícios subsequentes, com credores situados no País e no exterior.

Art. 2 — As operações de crédito realizadas em um exercício não poderão exceder o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizações mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta e observado o disposto no art. 37 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o previsto nesta Resolução.

Art. 3 — As operações de crédito interno e externo de natureza financeira dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias, bem como a concessão de garantias, observará os seguintes limites:

I — o montante global das operações realizadas no exercício financeiro não poderá ultrapassar o valor dos dispêndios com encargos e amortizações da dívida fundada vencida e vencível ao ano, devidamente atualizada, acrescido do equivalente a 10% (dez por cento) da receita líquida real.

II — o dispêndio anual máximo, compreendendo principal e acessórios de todas as operações, não poderá ultrapassar a margem de poupança real.

Parágrafo 1 — Entende-se por receita líquida real, para os efeitos desta Resolução, a receita realizada nos 12 (doze) meses anteriores ao mês em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito e de alienação de bens.

Parágrafo 2 — Entende-se por margem de poupança real, para os efeitos desta Resolução, o valor da receita líquida deduzida das despesas correntes pagas e acrescida dos encargos e das amortizações da dívida fundada pagas.

Parágrafo 3 — Os valores utilizados para o cálculo da receita líquida real e da margem de poupança real serão extraídos dos balancetes mensais das Unidades Federadas e de suas autarquias, dos 12 (doze) meses anteriores ao mês em que se estiver apurando e corrigido mês a mês pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ou por outro índice que vier a substituí-lo, adotando-se como data base o dia primeiro de cada mês.

Parágrafo 4 — Não serão computados no limite definido no inciso II do "caput" deste artigo os dispêndios com as operações garantidas pelas Unidades Federadas, contratadas até a data desta Resolução.

Parágrafo 5 — Quando o tomador das operações de crédito a que se refere o parágrafo anterior atrasar, por mais de 30 (trinta) dias, o pagamento do serviço da dívida, excluído nos termos do parágrafo anterior, será o respectivo valor, com os acréscimos correspondentes, computado para efeito da apuração do limite definido no inciso II do "caput" deste artigo.

Parágrafo 6 — As Unidades Federadas poderão pleitear ao Senado Federal que as garantias que vierem a ser prestadas a determinada empresa, fundação ou autarquia não sejam computados para efeito dos limites fixados neste artigo, desde que comprove que:

I — a operação de crédito é destinada a financiar projetos de investimento ou a rolagem da dívida; e

II — o ente garantido possui capacidade de honrar os compromissos assumidos.

Parágrafo 7 — Os pedidos a que se refere o parágrafo anterior serão encaminhados ao Senado Federal, devidamente instruídos com:

I — documentação hábil a comprovação da capacidade

de pagamento da empresa, fundação ou autarquia;

II — lei que autorize a concessão da garantia não computada nos limites desta Resolução;

III — comprovação da inclusão do projeto no orçamento de investimentos das empresas sob seu controle, bem como na lei do plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 4 — Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias deverão remeter ao Senado Federal e ao Banco Central do Brasil informações trimestrais sobre a posição de seus endividamentos, indicando para conjunto de operações:

I — o montante da dívida fluente e consolidada, interna e externa;

II — o cronograma de desembolso, o principal e os encargos, inclusive a dívida vencida e não paga;

III — a síntese da execução orçamentária;

IV — os limites e as condições aplicáveis, os valores autorizados e os já comprometidos.

Parágrafo único — As Unidades Federadas a que se refere este artigo e suas autarquias remeterão ao Senado Federal, trimestralmente, cronogramas físico e financeiro dos projetos financiados por operação de crédito.

Art. 5 — A celebração de operação de crédito, inclusive a concessão de garantia, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios ou por suas respectivas autarquias somente poderá ser efetivada após manifestação do Banco Central do Brasil, a ser proferida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento de cada solicitação, relativamente ao cumprimento do disposto nos artigos 2 e 3, e autorização do Senado Federal, nas hipóteses dos artigos 6 e 7 desta Resolução.

Parágrafo 1 — Caso o Banco Central do Brasil não se manifeste no prazo fixado no "caput" deste artigo, a responsabilidade pela celebração da operação, com observância dos limites e condições previstos nesta Resolução, é do tomador.

Parágrafo 2 — Os contratos relativos às operações de que trata esta Resolução deverão ser remetidos ao Banco Central do Brasil no prazo máximo de 30 dias após sua efetivação, para efeito de registro e controle.

Art. 6 — A realização de operações externas de natureza financeira pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por suas respectivas autarquias, bem como a concessão de garantias a tais operações, depende, ainda, de prévia e expressiva autorização do Senado Federal.

Parágrafo único — Os pedidos de autorização para a realização das operações a que se refere este artigo serão encaminhados ao Senado Federal instruídos com:

a) prova de cumprimento do disposto nos artigos 2, 3 e 4;

b) análise dos custos e benefícios econômicos e sociais do projeto a ser financiado pela operação de crédito;

c) análise financeira da operação;

d) análise das fontes alternativas de financiamento do projeto;

e) data do início do programa ou do projeto, e informação sobre se o mesmo está incluído na lei orçamentária anual;

f) informações sobre o atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição Federal e dos demais limites fixados nesta Resolução, no que couber;

g) informações sobre as finanças do tomador e do garantidor, destacando:

1. montante da dívida interna e externa;

2. cronograma de dispêndios com a dívida total, interna e externa;

3. cronograma de dispêndios com a operação a ser autorizada;

4. comprovação da capacidade de pagamento da operação;

5. débitos vencidos e não pagos;

6. informações sobre as dotações orçamentárias relativas ao projeto;

h) comprovação de que o projeto está incluído na lei do plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias quando for o caso;

i) lei autorizativa da operação;

j) parecer preliminar da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na hipótese de garantia pela União;

l) outras informações que habilitem o Senado Federal a conhecer perfeitamente a operação de crédito.

Art. 7 — Em caso excepcional, devidamente justificado, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão pleitear a elevação temporária dos limites fixados no art. 3 desta Resolução.

Parágrafo único — Os pedidos de que trata este artigo deverão ser encaminhados ao Senado Federal, instruídos com:

I — lei autorizativa;

II — características da operação: prazo, taxas de juros, encargos, cronograma financeiro;

III — informações sobre a situação financeira do requerente

Art. 8 — Os limites fixados no art. 3 desta Resolução não se aplicam às operações de crédito por antecipação da receita

orçamentária, nos termos da lei.

Parágrafo 1 — O saldo devido das operações por antecipação da receita orçamentária não poderá ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) da receita líquida estimada para o exercício financeiro que estiver em curso, inclusive computada a receita líquida estimada para a abertura de créditos suplementares aprovados até a data da realização da operação.

Parágrafo 2 — O dispêndio mensal, compreendendo principal e acessórios, não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) da receita líquida estimada para o exercício financeiro que estiver em curso, inclusive computada a receita líquida estimada para a abertura de créditos suplementares aprovados até a data da realização da operação.

Parágrafo 3 — Na hipótese da operação de que trata o "caput" deste artigo, a ser realizada através de emissão de títulos da dívida pública, o Banco Central do Brasil estimará o custo do dispêndio mensal.

Parágrafo 4 — A contratação das operações de que trata este artigo deverá ser precedida da manifestação prévia do Banco Central do Brasil quanto ao enquadramento das mesmas nos limites regulamentares, a ser proferida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da solicitação, observada a ainda o disposto no art. 5, parágrafo 1.

Parágrafo 5 — As operações de que trata este artigo deverão ser obrigatoriamente liquidadas até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício em que forem contratadas, excetuadas aquelas contratadas no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo, que deverão ser liquidadas no próprio exercício.

Art. 9 — Os títulos da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão ser lançados, oferecidos publicamente ou ter iniciada a sua colocação no mercado, com rendimentos pré-fixados ou pós-fixados, depois de previamente autorizados pelo Senado Federal, ouvidos do Banco Central do Brasil, a quem cabe o respectivo registro no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis do recebimento da solicitação do registro.

Parágrafo 1 — Os títulos de que trata este artigo deverão guardar equivalência com os títulos federais e seus respectivos prazos de resgate não poderão ser inferiores a 6 (seis) meses, contados da data de emissão dos referidos títulos.

Parágrafo 2 — Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a emissão de títulos para resgate daqueles em circulação com prazo de vencimento inferior a 12 (doze) meses ou para o fim da antecipação da receita orçamentária nos termos do artigo 8 desta Resolução.

Parágrafo 3 — Incluem-se nas disposições deste artigo, para efeitos do registro no Banco Central do Brasil, os títulos a serem emitidos para atender à liquidação das precatórias judiciais pendentes de pagamento, objeto do art. 33 e seu parágrafo único do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo 4 — Os títulos de que trata o parágrafo anterior não se incluem nos limites previstos no art. 3.

Art. 10 — E vedado aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às suas respectivas autarquias assumir compromissos diretamente com fornecedores, prestadores de serviços ou empreiteiros de obras, mediante emissão ou aval de promissórias, aceite de duplicatas ou outras operações similares.

Art. 11 — A inobservância das disposições da presente Resolução sujeitará os Estados, os Municípios, o Distrito Federal e suas respectivas autarquias às sanções pertinentes, cabendo ao Banco Central do Brasil exercer a competente fiscalização, no âmbito dos mercados financeiro e de capitais, nas formas previstas em lei.

Art. 12 — O Banco Central do Brasil manterá atualizados os registros das operações de crédito de que trata esta Resolução, devendo enviar ao Senado Federal, trimestralmente, relatórios circunstanciados sobre a posição de endividamento de cada unidade federada.

Art. 13 — A autorização prévia do Senado Federal estabelecida no "caput" do art. 9 desta Resolução, não se aplica a operações de crédito por emissão de títulos que se destinem à rolagem de títulos da dívida pública ou a antecipação de receita orçamentária, realizadas até 14 de fevereiro de 1990.

Art. 14 — As Resoluções do Senado Federal autorizativas, para efeito desta Resolução, incluirão, ao menos, as seguintes informações:

I — valor da operação e moeda em que será realizada;

II — objetivo da operação e órgão executor;

III — condições financeiras básicas da operação;

IV — prazo para o exercício de autorização.

Art. 15 — Esta Resolução vigorará a partir da data de sua publicação até 30 de novembro de 1990, revogadas as Resoluções nºs 62, de 28-10-75; 83, de 11-10-76; 64, de 28-6-85; e 140, de 5-12-85.

## As regras para a União

O substitutivo ao projeto de resolução nº 62, aprovado na última sexta-feira pelo Senado Federal, estabelece limites e condições para o endividamento interno e externo da União, suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal. A nova norma, cuja íntegra é publicada a seguir, aplica-se inclusive a operações de arrendamento mercantil:

SUBSTITUTIVO  
AO PROJETO DE  
RESOLUÇÃO Nº 62, DE 1989

Dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, e estabelece limites e condições para a concessão da garantia da União em operações de crédito interno e externo, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1 — Subordinam-se às normas fixadas nesta Resolução as operações de crédito interno e externo, inclusive as de arrendamento mercantil, realizadas pela União, por suas autarquias e pelas demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, bem assim a concessão da garantia da União.

Parágrafo único — Para os efeitos desta Resolução, compreende-se como operação de crédito toda e qualquer obrigação decorrente de financiamentos ou empréstimos, mediante a celebração de contratos, emissão e aceite de títulos, ou concessão de quaisquer garantias, que represente compromissos assumidos com credores situados no País e no exterior.

Art. 2 — As operações de crédito realizadas em um exercício não poderão exceder o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizações mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovadas pelo Poder Legislativo por maioria absoluta e observado o disposto no art. 37 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o previsto nesta Resolução.

Art. 3 — As operações de crédito interno e externo de natureza financeira da União e de suas autarquias e a concessão de garantias pela União observará os seguintes limites:

I — o montante global das operações realizadas no exercício financeiro anual não poderá ultrapassar o valor dos dispêndios com encargos e amortizações da dívida fundada, vencida e vencível no ano, devidamente atualizada, acrescido do equivalente a 10% (dez por cento) da receita líquida real;

II — o dispêndio anual máximo, compreendendo principal e acessórios de todas as operações, não poderá ultrapassar a margem de poupança real.

Parágrafo 1 — Entende-se por receita líquida real, para os efeitos desta Resolução, a receita realizada nos 12 (doze) meses anteriores ao mês em que se estiver apurando, excluídas as receitas provenientes de operações de crédito e de alienação de bens.

Parágrafo 2 — Entende-se por margem de poupança real, para os efeitos desta Resolução, o valor da receita líquida deduzida das despesas correntes pagas e acrescida dos encargos e das amortizações da dívida fundada pagas.

Parágrafo 3 — Os valores uti-

lizados para o cálculo da receita líquida real e da margem de poupança real serão extraídos dos balancetes mensais da União e de suas autarquias dos 12 (doze) meses anteriores ao mês que se estiver apurando, e corrigidos mês a mês, pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) ou por outro índice que vier a substituí-lo, adotando-se como data-base o dia primeiro de cada mês.

Parágrafo 4 — Não serão computadas no limite definido no inciso II do "caput" deste artigo os dispêndios com as operações garantidas pela União, contratadas até a data desta Resolução.

Parágrafo 5 — Quando o tomador das operações de crédito a que se refere o parágrafo anterior atrasar, por mais de 30 (trinta) dias, o pagamento do serviço da dívida excluída nos termos do parágrafo anterior, será o respectivo valor, com os acréscimos correspondentes, computado para efeito da apuração do limite definido no inciso II do "caput" deste artigo.

Parágrafo 6 — A União poderá pleitear ao Senado Federal que as garantias prestadas a determinada autarquia, fundação instituída e mantida pelo Poder Público Federal, ou empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não sejam computadas para efeito dos limites indicados neste artigo, desde que comprove que:

I — a operação de crédito é destinada a financiar projetos de investimentos ou a rolagem